

Projeto de Resolução nº 691/XVI/1

Recomenda ao Governo que estude a possibilidade de estabelecer Parcerias Público-Privadas nas Unidades Locais de Saúde

Exposição de Motivos

A saúde é um dos temas que mais interessa aos portugueses e um dos setores que o Governo priorizou na sua agenda.

O Serviço Nacional de Saúde (SNS) tem problemas estruturais e a Saúde precisa de reformas que, a curto, médio e longo prazo, tenham a capacidade de dar resposta às necessidades dos utentes. Essa capacidade de resposta deve, no nosso entender, ser dada através de toda a oferta de saúde existente - pública, privada ou social.

O CDS defende que o Governo deve estabelecer Parcerias Público-Privadas sempre que se considere viável: para os profissionais de saúde, para os utentes e para os cofres do Estado. Não é algo que defendamos apenas hoje, ou que tenhamos defendido no último debate sobre PPPs. É algo que defendemos há décadas.

Segundo um Tribunal de Contas, do ano de 2021, as Parcerias Público-Privadas (PPP) estão plenamente integradas no SNS. Um relatório da mesma instituição revela que, entre os anos de 2014 e 2019, as PPPs permitiram ao Estado poupar perto de duzentos e três milhões de euros e foram, no cômputo geral, muito mais eficientes que hospitais de gestão pública: tanto em qualidade, como em eficácia e acesso à saúde.

Também a Entidade Reguladora da Saúde (ERS), através de um inquérito de qualidade, conclui que os Hospitais em regime de PPP ocupam os primeiros lugares no que diz respeito a excelência clínica.

Apesar de várias entidades confirmarem os bons resultados das PPPs, o Partido Socialista, por preconceito ideológico e cedendo à extrema esquerda, reverteu os acordos com as administrações dos hospitais de três Unidades em Regime de PPP - Braga, Loures e Vila Franca de Xira e atribuiu a culpa aos grupos privados.

O resultado da extinção dos acordos está à vista de todos. As listas de espera aumentaram para consultas e cirurgias, a qualidade dos serviços diminuiu exponencialmente e a insatisfação dos utentes tem vindo a aumentar.

Estas PPPs na saúde prestavam verdadeiro serviço público: tinham profissionais motivados, doentes bem tratados e permitiam ao Estado e, por conseguinte, aos contribuintes, poupar milhões de euros.

O CDS-PP recomendou ao Governo, nesta sessão legislativa, que retome e amplie as Parcerias Público-Privadas na Saúde. Hoje, recomendamos, concretamente, que possam chegar às Unidades Locais de Saúde, caso se considere viável, depois de estudo elaborado pelo Governo.

Nestes termos, o Grupo Parlamentar do CDS-PP, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

- i) Estude a possibilidade de estabelecer Parcerias Público-Privadas nas Unidades Locais de Saúde, verificando a capacidade de resposta e de recursos das mesmas, garantindo eficiência e

equidade no acesso à saúde, designadamente através da redução de custos igualmente prestados aos utentes;

- ii) No estudo seja incluído o lançamento de um programa-experimental em uma ou mais ULS selecionada(s) para o efeito;
- iii) Seja definido um período de duração fixo para o programa-experimental bem como parâmetros para a avaliação do mesmo;
- iv) Sejam efetuados acordos sempre que se aferir viabilidade da redução de custos.

Palácio de São Bento, 7 de fevereiro de 2025

Os Deputados do Grupo Parlamentar do CDS-PP

Paulo Nuncio

João Pinho de Almeida